

BRIDGES NETWORK

PONTES

Informações e análises sobre comércio e desenvolvimento sustentável

VOLUME 8, NÚMERO 3 - JUNHO 2012



Desafios de um mundo em transformação

ECONOMIA VERDE

Poderá a economia verde mitigar os impactos das mudanças climáticas?

MATÉRIAS-PRIMAS

Restrições à exportação de matérias-primas, multilateralismo e implicações para o Brasil

BIODIVERSIDADE

A promessa do Protocolo de Nagoia e os desafios para o Brasil



International Centre for Trade
and Sustainable Development

PONTES

VOLUME 8, NÚMERO 3 - JUNHO 2012

PONTES

Informações e análises sobre comércio e desenvolvimento sustentável em língua portuguesa.

ICTSD

International Centre for Trade and Sustainable Development

Genebra, Suíça

EDITOR EXECUTIVO

Ricardo Meléndez-Ortiz

EDITOR CHEFE

Andrew Crosby

EDITORES

Adriana Verdier

Michelle Ratton Sanchez Badin

Manuela Trindade Viana

Bruno Varella Miranda

ASSISTENTE DE EDIÇÃO

Ana Carolina Netto

DESIGN GRÁFICO

Flarvet

Se deseja contatar a equipe editorial do Pontes, escreva para: pontes@ictsd.ch

O PONTES recebe com satisfação seus comentários e propostas de artigo. O guia editorial pode ser solicitado junto à nossa equipe.

ECONOMIA VERDE

- 4 **Poderá a economia verde mitigar os impactos das mudanças climáticas?**

Ulrich Hoffmann

INVESTIMENTOS

- 9 **A ponte entre o direito internacional dos investimentos e o desenvolvimento sustentável**

Nitish Monebhurrin

MATÉRIAS-PRIMAS

- 12 **Restrições à exportação de matérias-primas, multilateralismo e implicações para o Brasil**

Gustavo Ferreira Ribeiro

ENERGIA

- 15 **Cristina Kirchner e a nova YPF: em defesa do "modelo"**

BIODIVERSIDADE

- 18 **A promessa do Protocolo de Nagoia e os desafios para o Brasil**

Sérgio Figueiredo

- 21 **Informações úteis**

- 23 **Publicações**

Pontes: nova fase, novos desafios



É chegada a hora da mudança. Em sua concepção, o Pontes Bimestral tinha dois objetivos. Em primeiro lugar, fornecer um espaço para que especialistas expusessem a sua opinião sobre temas relacionados ao sistema multilateral de comércio, à integração regional e ao desenvolvimento sustentável, entre outros. Ademais, pretendia divulgar o material publicado em outras publicações do International Centre for Trade and Sustainable Development (ICTSD).

Consideramos que ambas as missões foram cumpridas. Ao longo desse período, porém, o mundo mudou, influenciando a forma como as informações são disseminadas. A popularização das redes sociais, por exemplo, abre inúmeras possibilidades de interação com o público. O Pontes Mensal é resultado direto dessas transformações. Com uma maior periodicidade e a introdução de ferramentas adicionais para a divulgação de nosso trabalho – como o [Facebook](#) e o [Twitter](#) –, pretendemos estar mais próximos de você, prezado(a) leitor(a).

Nem tudo mudará, entretanto. Em termos de conteúdo, o Pontes manterá a mesma linha editorial que o credencia como uma referência para fonte de análises e informações em língua portuguesa no âmbito do comércio internacional e do desenvolvimento sustentável. Por meio do debate de ideias, pretende fomentar a reflexão acerca dos objetivos perseguidos por todos aqueles envolvidos na construção de ideias e políticas voltadas aos temas cobertos pela publicação.

O novo formato do Pontes é parte de uma ampla reestruturação das publicações do ICTSD. Resultado de incontáveis horas de debates e pesquisas, busca oferecer a você, leitor(a), um design renovado, que pretende tornar a sua leitura mais agradável além da possibilidade de maior interação com a equipe editorial. Por isso, gostaríamos de convidá-lo(a) a opinar sobre as mudanças aqui apresentadas, além de comentar as notícias publicadas no [site do Pontes](#). Caso queira nos escrever um e-mail, o endereço é pontes@ictsd.ch.

Esperamos que aprecie a leitura.

A Equipe Pontes

ECONOMIA VERDE

Poderá a economia verde mitigar os impactos das mudanças climáticas?

Ulrich Hoffmann

Neste artigo, o autor questiona a noção de "crescimento verde", ao afirmar que o crescimento econômico não pode ser dissociado do aumento das emissões de gases-estufa.

Diversos economistas e formuladores de política defendem uma mudança para o "crescimento verde" como o novo paradigma de crescimento, qualitativamente diferente e com base em um uso mais eficiente de materiais/recursos/energia (MRE), bem como alterações drásticas na matriz energética, com as implicações envolvidas nesse processo. Os defensores dessa mudança argumentam que essa alteração de paradigma desencadearia a criação de novas riquezas e oportunidades de emprego, desde que houvesse investimentos suficientes e que as empresas tivessem melhor acesso a informação e incentivos. Em outras palavras, segundo essa abordagem, o conceito é perfeito – só faltam as condições para que seja viável.

O "crescimento verde", entendido como um processo de mudança estrutural, pode de fato criar novos impulsos de crescimento, com uma carga ambiental reduzida, em especial no nível microeconômico. Contudo, pode esse novo paradigma também mitigar os efeitos das mudanças climáticas na escala e ritmo necessários – ou seja, uma redução significativa, absoluta e permanente dos gases-estufa – nos níveis macroeconômico e global?

Este artigo questiona a esperança em relação ao "crescimento verde" e analisa as implicações relacionadas ao desenvolvimento para o Sul. O "crescimento verde" pode dar uma falsa esperança e constituir uma justificativa para que nada seja feito com vistas a reduzir substancialmente as emissões globais de gases-estufa. A aritmética do crescimento econômico e populacional, os limites de eficiência relacionados ao "efeito rebote", bem como as questões sistêmicas, colocam em questão a esperança de dissociação entre crescimento econômico e aumento nas emissões.

Não devemos nos enganar e acreditar que tal abordagem evolutiva (e muitas vezes reducionista) seria suficiente para lidar com as complexidades das mudanças climáticas. Os defensores do "crescimento verde" precisam examinar as evidências históricas e macroeconômicas, em particular a aritmética do crescimento econômico e populacional, bem como a influência significativa do "efeito rebote".

Além disso, é preciso compreender que a transformação necessária extrapola mudanças estruturais e em matéria de inovação e inclui a democratização da economia e mudanças culturais. As mudanças climáticas colocam em questão a igualdade global no que diz respeito às oportunidades para a prosperidade (ou seja, justiça ecológica e espaço para o desenvolvimento). Isto impõe um enorme desafio de desenvolvimento para o Sul e uma questão de vida ou morte para alguns países em desenvolvimento (PEDs).

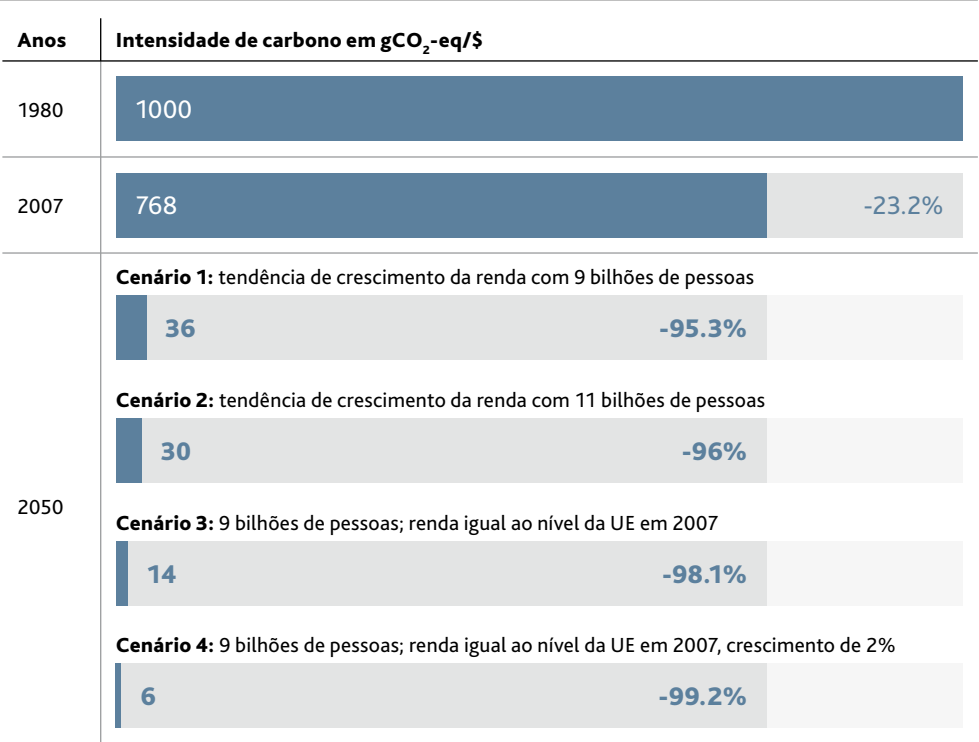
Limites colocados pela aritmética do crescimento econômico e populacional

A ideia de que as necessárias reduções drásticas de emissões serão realmente atingidas sob o paradigma de crescimento vigente é altamente questionável. A intensidade global de carbono da produção passou, entre 1980 e 2008, de cerca de 1 kg/US\$ de atividade econômica para apenas 770g/US\$ (ou seja, 23%), uma queda de aproximadamente 0,7% ao ano. Se as tendências recentes de crescimento global da população (0,7% ao ano) e de renda (menos de 1,4% ao ano) fossem projetadas para 2050, a intensidade de carbono teria que ser reduzida a 36gCO₂/US\$ – uma melhoria de 21 vezes na atual média global – para limitar o aquecimento global a 2°C. Permitir que os PEDs atinjam o nível atual de produto

interno bruto (PIB) *per capita* dos países desenvolvidos (PDs) exigiria uma queda muito maior na intensidade de carbono de 99,2% (quase 130 vezes mais) até 2050 (ver Figura 1).

Em retrospecto, além da Alemanha por um curto período após a reunificação em 1990, a Rússia é a única economia de grande porte que reduziu substancialmente suas emissões desde 1990. Em grande medida, este fato deve-se ao colapso de sua indústria pesada. As emissões de carbono do país caíram quase 3% ao ano no período 1990-2005. O mundo todo – e não apenas um pequeno grupo de países tecnologicamente avançados – teria de repetir a experiência russa, mas com uma intensidade duas a três vezes maior. E, mesmo assim, o resultado seria limitar o aquecimento global a 3°C. Isto parece viável?

Figura 1
Intensidade de carbono do PIB recente e nível necessário para limitar o aquecimento global a 2°C



Fonte: Jackson, T (2009: 81) e complementações do autor.

O aumento de cerca de 35% na população global – de 6,9 bilhões em 2010 para cerca de 9,3 bilhões em 2050 – conduzirá o efeito de escala da produção e do consumo. Esse crescimento, combinado com um aumento de quatro vezes na produção *per capita* (e mesmo assumindo que o mundo desenvolvido não cresça mais), aumentaria o tamanho da economia mundial em seis vezes. Ainda que os países com o maior crescimento populacional sejam, até o momento, aqueles que menos contribuíram para as emissões de gases-estufa, isso só ocorre porque suas populações continuam vivendo em situação de pobreza extrema.

Em outras palavras, o crescimento populacional não importará para o aumento no consumo de recursos e nas emissões de gases-estufa enquanto as pessoas continuarem pobres, com níveis mínimos de consumo. Contudo, o crescimento populacional começará a fazer diferença se a comunidade internacional cumprir com a ambição de reduzir rapidamente a pobreza nas populações crescentes. Se as pessoas atualmente sem acesso à energia básica (1,5 bilhão) obtivessem esse acesso e detivessem a média atual *per capita* de emissões de CO₂, isso aumentaria as emissões globais de carbono em 20% e duplicaria a parcela pela qual responde o mundo em desenvolvimento.

Limites de eficiência

Um melhor nível de eficiência em MRE e a ampla disponibilidade de energia renovável mais barata incentivariam o chamado “efeito rebote” – no qual o consumo físico tende a aumentar como resultado do aumento na produtividade –, o que leva a menores custos e

preços e à transformação da poupança dos consumidores ou dos fundos de investimento. Este é o chamado "efeito rebote financeiro". Além disso, existem dois outros tipos de "efeito rebote": "rebote material" e "rebote de fatores cruzados" ("*cross factor*"). O primeiro é causado pelo maior consumo de MRE resultante da necessidade de mudança do capital fixo e da infraestrutura para uma melhoria na eficiência de MRE. Por sua vez, o "efeito rebote de fatores cruzados" é desencadeado por uma maior produtividade do trabalho, que substitui o trabalho humano pela mecanização e motorização, conduzindo o consumo de materiais e recursos, mas em especial o uso de energia.

Até agora, as estimativas sobre o "efeito rebote" têm se limitado ao tipo financeiro: calcula-se que este último possa neutralizar cerca de metade dos ganhos totais de eficiência em MRE. Informações empíricas sobre o "efeito rebote material" e de "fatores cruzados" ainda não estão disponíveis. Neste contexto, seria simplista assumir que os ganhos de eficiência em MRE poderiam desempenhar o papel principal na redução da intensidade de gases-estufa. O dilema fundamental é que os ganhos de eficiência e produtividade tendem a impulsionar o crescimento econômico, gerando mais consumo físico. Esta é uma das razões centrais para o questionamento da viabilidade da "estratégia de dissociação" no nível macroeconômico.

Pensamento linear e deslocamento horizontal

Também, existe uma tendência de pensamento linear e uma abordagem de melhoria na eficiência em MRE que, com frequência, apenas resultam no deslocamento do problema. Alguns dos avanços técnicos que levam a ganhos de eficiência em MRE dependem, por exemplo, de materiais escassos, requerem muita energia para serem produzidos, são difíceis de reutilizar, reciclar ou ainda de eliminar de forma segura. De acordo com Bleischwitz *et al*, "o aumento de ecoindústrias no Norte pode ter um efeito negativo no Sul: países ricos em recursos expostos a rápidos caminhos de extração, que ultrapassam os sistemas ecológicos e socioeconômicos dessas regiões alimentam guerras civis com os rendimentos dos recursos".

Uma parte considerável da redução nas emissões de gases-estufa em PDs tem sido possível não por economias físicas reais, mas pelo deslocamento da produção intensiva em MRE para os PEDs. Por volta de um quarto das emissões de gases-estufa relacionadas a bens consumidos nos PDs tem sido terceirizada. Uma equipe de cientistas da Universidade de Oxford estimou que, em termos reais incluindo importações e exportações, a pegada de carbono da Grã-Bretanha é quase duas vezes maior que o número oficial (ou seja, 21t CO₂eq/pessoa/ano, em vez de 11) . A proporção de importações líquidas de CO₂ em relação às emissões totais de carbono de PDs variou recentemente de cerca de 15% para a Grécia para quase 60% para a Suíça.

Mudança nos padrões de consumo

A necessária descarbonização da economia e da vida humana somente será possível se os padrões atuais de consumo e os métodos e estilos de vida também forem submetidos a profundas mudanças. No entanto, transformações profundas e duradouras serão muito difíceis. A globalização do estilo de vida e dos padrões de consumo insustentáveis do Ocidente, a tendência a dietas mais ricas em proteína animal, e a alta mobilidade obtida por meio de sistemas de transporte modernos, mas intensivos em carbono são apenas três exemplos das dificuldades no âmbito do consumo. O fato de que a mudança no padrão de consumo e no estilo de vida precisa ser entendida como questão social, que leve em conta a equidade, é muitas vezes subestimado pelos defensores do "crescimento verde". É pouco provável que os padrões de consumo mudem, a menos que haja também uma mudança na distribuição de renda.

Restrições de governança e de mercado

Sem dúvida, as mudanças necessárias para que as emissões de gases-estufa sejam reduzidas de forma absoluta, permanente e global precisam de uma visão política clara, uma boa estratégia e uma implementação consistente. Na prática, entretanto, estamos muito longe disso. O regime internacional do clima ainda não fornece uma abordagem coerente e suficientemente eficaz. A lacuna entre as pretensões e a realidade da política

Para além do PIB

Abordagens alternativas para a representação do bem-estar das pessoas

IPG

Indicador de Progresso Genuíno

IPF

Índice Planeta Feliz

IBES

Índice de Bem-Estar Econômico e Sustentável

climática internacional está aumentando. Segundo Fatih Birol, economista diretor da Agência Internacional de Energia, "é possível que nós já estejamos com os pés na água, atingindo o nível dos nossos joelhos. Ainda assim, tomamos decisões e continuamos a prometer que os dedos de nossos pés permanecerão secos".

Além disso, a dívida pública atual e a crise financeira em diversos países ocidentais provavelmente dificultarão a mudança estrutural e tecnológica que sustenta o "crescimento verde". Os governos dos PDs atingidos pela crise estão com seus orçamentos em uma camisa-de-força: são obrigados a reduzir drasticamente os gastos públicos e a investir nos próximos anos, aumentando tendências deflacionárias e recessivas em suas economias. A maioria desses países não será capaz de lançar um grande estímulo econômico ou um pacote de reestruturação, como ocorreu na crise de 2008-2009.

As estruturas de mercado existentes também estão complicando a transformação "verde" das economias. De um ponto de vista sistêmico, por exemplo, parte considerável da energia renovável pode (e deve) ser implantada de uma maneira local e descentralizada, evitando a maior parte do investimento necessário para novas redes e as perdas de transmissão e fazendo com que a oferta seja correspondente à demanda. No entanto, a dominação do mercado por apenas algumas empresas de energia leva a uma preferência por abordagens centrais, baseadas em redes que mantêm seu poder de mercado. Exemplo disso são os parques eólicos offshore e os projetos para grandes instalações de geração de energia solar no Saara.

A externalização dos custos ambientais e a subsídio massiva de indústrias e abordagens de industrialização dependentes de combustíveis fósseis tornaram-se uma parte fundamental da economia de mercado capitalista. Em geral, há um problema sistêmico de parasitismo de "produtores convencionais", que se aproveitam de todos os tipos de subsídios perversos e incentivos equivocados. Por outro lado, os produtores sustentáveis, que querem se diferenciar, têm de pagar e providenciar evidências de que estão de fato cumprindo com critérios específicos de sustentabilidade.

Os tão admirados instrumentos de mercado para a internalização dos custos de emissão de gases-estufa – em especial o comércio de emissões – também têm estado aquém das expectativas. Uma análise recente do Sistema de Comércio de Emissões da União Europeia (EU ETS, sigla em inglês), realizada pelo Carbon Trade Watch e pelo Corporate Europe Observatory, apresenta conclusões muito preocupantes: "[e]le está falhando muito. Em teoria, fornece um modo barato e eficiente de redução de gases-estufa dentro de um limite cada vez mais rigoroso, mas, na prática, premiou grandes poluidores com lucros inesperados e minou os esforços voltados à redução da poluição e a uma economia mais justa e sustentável". Mais do que isso, mesmo o mais inteligente esquema de comércio de compensação de carbono não poderá ultrapassar as restrições impostas pelos limites mencionados acima da matemática da descarbonização. Como ressaltou Pielke, "os mercados [de carbono] não podem tornar possível o impossível".

Limites sistêmicos

Não obstante as restrições em matéria de tecnologia, governança, mercado e crescimento, alguns problemas sistêmicos também estão colocando em questão as esperanças de um "crescimento verde". Mais precisamente, o sistema econômico capitalista não pode operar sem o crescimento, à exceção de breves crises cíclicas. "Expandir ou perecer" é uma força inexorável, e a acumulação constante de capital tem no expansionismo uma característica inerente – todos os agentes econômicos estão sob a pressão da concorrência, seja para cortar os custos de seus concorrentes ou criar novos produtos e mercados. Aumentos na produtividade do trabalho e da criação permanente de novas necessidades aos consumidores, em geral, levam a mais – e não a menos – produção física e consumo (isto é, o princípio da acumulação capitalista).

Esse aumento no crescimento pode trazer, mas não necessariamente, benefícios adicionais para a sociedade. Os agentes capitalistas não estão interessados no incremento de benefícios sociais per se, mas no aumento das vendas para que os lucros aumentem.

Segundo Lockwood, "o crescimento é inerente ao capitalismo, o que significa que não existe capitalismo sem crescimento, e não se pode ter uma economia capitalista estacionária". Pelo contrário, como muito bem descrito por Green, "o crescimento é como uma bicicleta: se parar, você cai".

Os principais desafios para os PEDs

Argumenta-se que os PEDs deveriam reduzir drasticamente suas emissões de gases-estufa para criar espaço atmosférico de carbono suficiente para o desenvolvimento do Sul. Como analisado anteriormente, no entanto, declínios significativos nas emissões de gases-estufa do Norte permanecem ilusórios. Além disso, é simplista supor que uma redução drástica no crescimento em PEDs poderia prover "espaço [suficiente] para o desenvolvimento e o carbono" dos PEDs no futuro. Não se pode negar que parte significativa do crescimento nos PEDs continuará a depender do consumo insustentável do Norte.

A análise acima sobre a matemática da necessária – e drástica – descarbonização da economia mundial em diversos cenários onde o Sul alcança os níveis de PIB *per capita* do Norte ilustra que, para evitar um futuro apocalíptico, os PEDs não mais poderão acompanhar, mas sim terão de "afunilar", a chamada "Curva de Kuznets Ambiental". Em outras palavras, o espaço de carbono atmosférico existente é insuficiente: os PEDs não poderão mais depender de um crescimento econômico desenfreado até que o PIB per capita atinja um nível no qual a poluição ambiental e a intensidade de emissões de gases-estufa do crescimento comecem a cair. Como resultado, "espaço de desenvolvimento e justiça" e "dívida climática histórica" estão prestes a tornarem-se questões muito controversas nas relações Norte-Sul e nas negociações internacionais sobre mudanças climáticas.

Devido a múltiplas vulnerabilidades associadas a menores níveis de desenvolvimento e a recursos inadequados, os PEDs tendem a sofrer mais com as calamidades climáticas. Esses países não têm integrado a gestão do risco de desastres e a adaptação às mudanças climáticas, e suas iniciativas são, em geral, reativas a eventos específicos. Portanto, é necessário que o investimento e as decisões tecnológicas relacionadas à redução dos riscos de desastres e à adaptação às mudanças climáticas sejam incorporadas às estratégias de desenvolvimento nacionais.

Neste contexto, enquanto os esforços de mitigação das mudanças climáticas permanecem importantes, os PEDs precisam priorizar a adaptação às mudanças climáticas de forma a otimizar a erradicação da pobreza. As áreas de maior necessidade são: a transformação fundamental da agricultura; a promoção às energias renováveis, em particular para o desenvolvimento rural sustentável; a construção eficiente em energia e resiliente ao clima; e a renovação de edifícios – incluindo a urbanização em cidades de baixo carbono e infraestruturas à prova do clima nas zonas costeiras.

Dado o nível de urgência e a falta de tempo, é muito importante conseguir financiamento nacional suficiente e obter fundos externos adequados para as medidas de adaptação mencionadas acima. Um financiamento internacional adequado para adaptação deve contemplar (i) todos os custos para evitar o dano; (ii) a destruição real e o dano; e (iii) as oportunidades perdidas para o desenvolvimento em PEDs.

Mesmo que consideradas conjuntamente, as medidas de adaptação e mitigação para os PEDs descritas acima provavelmente serão insuficientes para combater o aquecimento global; contudo, têm potencial para tornar o desenvolvimento econômico mais resiliente às mudanças climáticas. Também apresentam um amplo espaço de desenvolvimento para o ganho de prosperidade. No entanto, é preciso lembrar que, como mostraram o incidente em Fukushima (Japão), as recentes inundações na Tailândia, ou ainda as inundações catastróficas no Paquistão, os desastres drásticos causados pelas mudanças climáticas podem retrain os ganhos de desenvolvimento, em particular quando certos pontos ambientais críticos forem alcançados.

Tradução e adaptação de artigo originalmente publicado em Bridges Trade BioRes, Vol. 6, No. 1 – mai. 2012.



Ulrich Hoffmann

Oficial Sênior para Assuntos Econômicos, Divisão de Comércio Internacional da Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD, sigla em inglês).
ulrich.hoffmann@unctad.org

INVESTIMENTOS

A ponte entre o direito internacional dos investimentos e o desenvolvimento sustentável

Nitish Monebhurrn

Falar de uma ponte entre o direito internacional dos investimentos e o desenvolvimento sustentável significa que originariamente os dois campos são separados. Atualmente, contudo, a influência do desenvolvimento sustentável atingiu o direito internacional dos investimentos, de modo que a compatibilidade entre os dois passou a ser objeto de análise. Este artigo analisa a possibilidade de uma ponte entre esses dois domínios.

O objetivo do direito internacional dos investimentos é oferecer uma proteção jurídica aos investidores estrangeiros e a seus investimentos. Os investidores são juridicamente protegidos por acordos bilaterais ou multilaterais assinados pelo Estados de sua nacionalidade e pelo Estado receptor do investimento, os quais lhes garantem, por exemplo: compensação no caso de expropriação ilegal; tratamento justo e equitativo; proteção e segurança plena; e proteção contra a discriminação. Se um investidor considerar que o Estado que lhe acolhe viola a cláusula de um acordo aplicável, ele pode demandar essa responsabilidade perante um tribunal, normalmente arbitral. Na prática, a aplicação de um acordo de proteção dos investimentos pode entrar em conflito com os objetivos e princípios do desenvolvimento sustentável. É nesse contexto que surge a necessidade de uma ponte entre os dois.

De modo geral, o desenvolvimento sustentável é entendido como o equilíbrio entre o desenvolvimento econômico e a proteção ambiental e a social, sob uma lógica intergeracional. Embora essa formulação não seja concisa, a especificação dos princípios centrais e dos componentes do desenvolvimento sustentável deve ser buscada em cada caso analisado. O conceito de desenvolvimento sustentável não é único: cada Estado entende, explica e realiza o desenvolvimento sustentável de um modo específico. Nesse sentido, é mais importante entender as suas aplicações práticas que persistir na busca por uma definição perfeita e elegante, mas muito abstrata e geral.

Na prática, os princípios do desenvolvimento sustentável mais notórios no direito dos investimentos são aqueles relacionados ao meio ambiente e aos direitos humanos, esferas em que os efeitos de determinado investimento podem ser perversos. É justamente sobre a articulação entre os princípios do desenvolvimento sustentável e os do direito dos investimentos que este artigo se debruça.

A abertura do direito internacional dos investimentos ao desenvolvimento sustentável

Tradicionalmente, o direito internacional dos investimentos regula apenas questões ligadas aos investimentos, mesmo que exista uma gradual integração destes com o desenvolvimento sustentável.

Assim, um tribunal designado para solucionar uma controvérsia relativa a um investimento deve ter por referência o tratado de investimento aplicável, e todas as questões levantadas perante esse tribunal devem necessariamente estar relacionadas a um investimento. A competência desse tribunal é limitada pelo tratado, e seu papel é decidir se o Estado violou o dever de proteção do investimento.

Com a crescente importância do desenvolvimento sustentável, temas ligados ao meio ambiente ou aos direitos humanos têm sido cada vez mais recorrentes nesses tribunais¹. Da mesma forma, os acordos de proteção a investimentos passaram a incorporar alguns princípios do desenvolvimento sustentável, como a proteção ao meio ambiente ou aos direitos dos trabalhadores. Cabe destacar, entretanto, que isso não se apresenta como uma regra geral, tampouco uma revolução: trata-se de um fenômeno característico apenas dos novos acordos bilaterais de comércio e, por vezes, presente em tratados bilaterais de

Exemplos em que a proteção a investimentos incorpora princípios do desenvolvimento sustentável

- NAFTA
- Carta de Energia
- Tratado de investimentos do Canadá (2004), preâmbulo
- Tratado bilateral de investimentos dos EUA (2012), artigo 12

investimentos. Por exemplo, os novos acordos comerciais empreendidos pelos Estados Unidos da América (EUA), China, Canadá, Malásia, Austrália e Japão incorporam, em seus respectivos capítulos sobre investimentos, o desenvolvimento sustentável como um objetivo fundamental; o Tratado de Livre Comércio da América do Norte (Nafta, sigla em inglês) tem uma *lógica parecida*. Podem ainda ser citados a Carta de Energia, o preâmbulo do tratado bilateral de investimentos do Canadá (2004) e o artigo 12 do tratado bilateral de investimentos dos EUA (2012). A inclusão do desenvolvimento sustentável nesses tratados pode mudar a interpretação dos tribunais.

A inclusão do desenvolvimento sustentável nesses tratados pode mudar a interpretação dos tribunais

Contudo, como foi dito, ainda não se trata de um fenômeno generalizado. Uma das razões para tal é justamente a imprecisão do desenvolvimento sustentável, a qual faz com que um tribunal voltado ao direito econômico hesite em associar suas decisões e recuse questões de desenvolvimento sustentável. Ademais, os tribunais internacionais que trataram – direta ou indiretamente – do desenvolvimento sustentável não necessariamente aportaram maior precisão ao termo: de modo geral, suas decisões somente afirmaram a importância do desenvolvimento sustentável e entenderam que este corresponde ao equilíbrio entre o desenvolvimento econômico e a proteção do meio ambiente², ou que a gestão do desenvolvimento em relação ao meio ambiente constitui um princípio geral do direito internacional³.

Tais posições são duplamente criticáveis: primeiramente, os tribunais não especificam como o equilíbrio a que fazem menção deve ser realizado; em segundo lugar, eles reduzem o desenvolvimento sustentável ao meio ambiente, marginalizando, por exemplo, a dimensão dos direitos humanos que também é característica desse ramo do direito. Ao mesmo tempo, os tribunais muitas vezes carecem de competências técnicas para examinar as questões substanciais do desenvolvimento sustentável.

Os métodos para integrar os princípios do desenvolvimento sustentável ao direito internacional de investimentos

Para resolver essa deficiência, é pertinente adotar um raciocínio e uma construção *bottom-up*, de modo que se possa entender a relação entre desenvolvimento sustentável e direito internacional dos investimentos. É preciso considerar os princípios dos direitos que decorrem da cada componente do desenvolvimento sustentável, quais sejam: os princípios de direito econômico, de direito do meio ambiente e de direito social. Como o ser humano está no centro do desenvolvimento sustentável⁴, os direitos humanos também desempenham um papel importante, especialmente porque estão relacionados àqueles outros ramos do direito.

Para que isso fique claro, trabalhem com um exemplo hipotético: um tribunal dos investimentos aplica o direito internacional econômico. O investidor argumenta que um regulamento administrativo do Estado teve o efeito de uma expropriação indireta sobre sua atividade. Em sua defesa, o Estado explica que a implementação desse regulamento era necessária para aplicar um tratado de proteção ao meio ambiente. Neste caso, o Estado deve, por um lado, proteger o investimento e o direito econômico e, por outro lado, o meio ambiente. Se o acordo aplicável não contiver qualquer referência ao meio ambiente e à sua proteção, o tribunal pode afastar a questão e pedir ao Estado que a submeta a uma instância nacional. Todavia, o Estado, que é sempre o réu na arbitragem de investimentos, pode argumentar que o direito dos investimentos não deve ser separado do restante do direito internacional e que, segundo o artigo 31.3 (c) da Convenção de Viena sobre o direito dos tratados, todos os princípios de direito internacional aplicáveis entre as Partes devem ser considerados. Neste caso, o Estado deve provar que, de fato, existe um princípio desse tipo. Ainda, é possível a intervenção de um *amicus curiae* ou de um perito do desenvolvimento sustentável a fim de acentuar a posição do Estado⁵. Se o tribunal aceitar essa construção, a responsabilidade do Estado é, na melhor das hipóteses, apenas atenuada. Isso significa que ele deve pagar os danos sofridos pelo investidor, porém a indenização a pagar será calculada considerando as obrigações do Estado na área da proteção ao meio ambiente.

Investir em desenvolvimento sustentável é lucrativo

Em relatório lançado em fevereiro de 2011, a ONU mostra que investir em desenvolvimento sustentável é lucrativo: seria preciso investir 2% do PIB mundial para promover o desenvolvimento sustentável no planeta, o que promoveria um crescimento de 2,7% a partir de 2030.

A situação é a mesma se os princípios do desenvolvimento sustentável estiverem ancorados no acordo de investimentos: a interpretação do tribunal pode considerá-los, mas isso não isentará o Estado⁵ por completo. A proteção do meio ambiente claramente faz parte do desenvolvimento sustentável, e o Estado deve aplicar as leis e os tratados nesse sentido. No entanto, não se deve esquecer que o desenvolvimento econômico, potencialmente realizado pelos investimentos, também está incluído nesse conceito. Consequentemente, o Estado deve proteger os investidores e seus investimentos. No direito dos investimentos, a lógica é predominantemente econômica: por enquanto, predomina o princípio de que o regulamento do Estado sobre assuntos legítimos – como a proteção ao meio ambiente ou aos direitos sociais – deve ser o menos restritivo possível aos investimentos⁶.

Considerações finais

É possível construir uma ponte – ainda que muito frágil e estreita – para incorporar considerações do desenvolvimento sustentável ao direito internacional dos investimentos. Contudo, não se deve esperar uma revolução a partir desse movimento. Nesse quadro, são mais importantes as reflexões sobre as interpretações e as metodologias que podem auxiliar a integração dos princípios do direito do meio ambiente, do direito social e dos direitos humanos em um caso de direito dos investimentos. Dessa forma, o desenvolvimento sustentável pode ser incorporado em sua complexidade ao direito internacional dos investimentos.

¹ Ver: Bernasconi-Osterwalder, N.; Johnson, L. (eds.) *International Investment Law and Sustainable Development*. Key Cases From 2000-2010, International Institute for Sustainable Development, 2011, pp. 1-178. Ver também: *Compañía del Desarrollo de Santa Elena, S.A., v. Costa Rica*, ICSID Case No.ARB/96/1, Final Award, 17/02/2000, §71-72; *Azurix c. Argentina*, ICSID Case No.ARB/01/12, Award 14/07/2006, §261; *Siemens v. Argentina*, ICSID Case No.ARB/02/08, Award, 06/02/2007, §79; *Channel Tunnel Group v. Governments of the United Kingdom and France*, Partial Award, 30/01/2007, §148.

² *O caso do Projeto Gabčíkovo-Nagymaros (Hungria / Eslováquia)*, Decisão, 25/09/1997, C.I.J., Recueil 1997, §140.

³ *A arbitragem no caso da Linha do Rhin de Fer (« Ijzeren Rin ») [Bélgica c. Holanda]*, Corte permanente de arbitragem, 24/05/2005, §59.

⁴ Por exemplo: *Methanex c. Etats-Unis*, ALENA, Decisão sobre o *Amicus Curiae*, especialmente §49. Ver também: Levine E. *Amicus Curiae* in International Investment Arbitration: The Implications of an Increase in Third- Party Participation. In: *Berkley Journal of International Law*, Vol. 29, No.1, 2011, p. 102.

⁵ Ver, por exemplo, *SD Myers v. Canada*, UNCITRAL, Partial Award (13/12/2000), (NAFTA).

⁶ *SD Myers v. Canada*, *op.cit.*, §195, §215, §221, §255, §298.



Nitish Monebhurrin
Doutorando em direito internacional na Escola de Direito da Sorbone - Paris (França).

MATÉRIAS-PRIMAS

Restrições à exportação de matérias-primas, multilateralismo e implicações para o Brasil

Gustavo Ferreira Ribeiro

A justificativa ambiental prevista no artigo XX(g) do GATT tem fundamentado práticas comerciais de importantes atores no comércio internacional – contexto em que adquire centralidade o caso “China – Matérias-primas”. Este artigo debate alguns dos argumentos jurídicos envolvidos no referido caso e analisa algumas implicações sistêmicas para a decisão proferida pelo Órgão de Apelação.

Restrições de um país às suas exportações não são medidas propriamente inéditas na história do comércio internacional; são observadas desde o mercantilismo dos séculos XVI e XVII, como uma lei francesa que proibia a exportação de ouro (1540). Curiosamente, cerca de quatro séculos depois, o artigo XX(c) do Acordo Geral sobre Tarifas Aduaneiras e Comércio (GATT, sigla em inglês) apresentava uma exceção geral com o mesmo fim. Desse modo, medidas restritivas que se relacionam à exportação e importação de ouro e prata encontram amparo no texto do acordo, em grande parte, devido ao papel histórico do ouro e da prata como lastro monetário.

Passadas mais de seis décadas do marco *gattiano*, uma decisão recente do Órgão de Apelação (OA) da Organização Mundial do Comércio (OMC) retoma a problemática do controle de exportações sobre recursos naturais. O tema merece novamente atenção por pelo menos duas razões. Do ponto de vista jurídico, a decisão detalha os contornos legais com os quais podem ser confrontadas políticas públicas dos membros que versam sobre controle à exportação – por exemplo, no caso de políticas voltadas ao abastecimento de recursos naturais para a indústria local. Do ponto de vista sistêmico, o Brasil é potencial protagonista na discussão, uma vez que suas conhecidas riquezas minerais podem, em algum momento, ensejar medidas de controle de exportação.

O caso “China – Matérias-primas”

A decisão do OA resulta de um processo de consultas iniciado em 23 de junho de 2009 pelos Estados Unidos da América (EUA) e pelas Comunidades Europeias (CE). Estes indicaram mais de trinta medidas em que supostamente a China impunha restrições às suas próprias exportações, as quais violariam as regras da OMC.

Especificamente, as restrições chinesas eram aplicadas sob quatro formas: (i) imposto de exportação; (ii) cotas de exportação; (iii) licenças de exportação; e (iv) preços mínimos de exportação. Tais medidas recaíam sobre nove produtos encontrados em sua forma natural ou transformados: bauxita, coque, fluorita, magnésia, manganês, carbetto de silício, silício metálico, fósforo amarelo e zinco. De forma geral, são matérias-primas amplamente usadas em indústrias de transformação.

Em novembro de 2009, os EUA, juntamente com as CE e o México, requisitaram formalmente o pedido de abertura de um painel, cujo relatório final (WT/DS394-395-398/R) foi publicado em 5 de julho de 2011. Tanto a China quanto as Partes originariamente reclamantes apelaram, e o OA proferiu sua decisão em 30 de janeiro de 2012.

Questões jurídicas

A complexa disputa perpassa várias questões. Particularmente, é invocada e analisada, tanto pelo painel quanto pelo OA, a relação dos acordos da OMC com o Protocolo de Acesso da China, no qual este país teria assumido o compromisso de não aplicar restrição às exportações (como tarifas de exportação). Da mesma forma, estão sob análise justificativas relativas à imposição das medidas chinesas com base na conservação de recursos naturais esgotáveis – conforme o artigo XX(g) do GATT. Além disso, questões notadamente procedimentais foram decisivas para que parte do relatório do painel fosse anulado pelo OA, com base na ausência de uma associação nítida entre as obrigações

Plano Brasil Maior

Prevê, no âmbito de comércio exterior, medidas de desoneração das exportações, de defesa comercial, financiamento e garantia para as exportações, entre outros. No âmbito da proteção da indústria e do mercado interno, são previstas medidas de aceleração de defesa contra importações desleais e maior atenção às declarações de origem.

Plano Nacional de Mineração 2030

Prevê investimentos em infraestrutura e logística de comércio, adensamento das cadeias produtivas, mas com atenção a áreas sensíveis, como a Amazônia, baseando-se na Agenda 21 da Mineração.

supostamente violadas e as 37 medidas indicadas como violadoras dessas obrigações (segundo argumentado nos parágrafos 233 a 235 do documento DS394/AB/R, de 2012).

Ressalte-se, ademais, a celeuma já discutida pelo painel no que diz respeito às restrições quantitativas (cotas) aplicadas temporariamente sobre a exportação de produtos essenciais e que possuem relação direta com políticas públicas. O OA avança na interpretação do artigo XI:2(a) do GATT, segundo o qual as disposições do artigo XI:1 não se estenderão no caso de: "proibições ou restrições aplicadas *temporariamente* à exportação para *prevenir* ou *remediar* uma *situação crítica*, devido a uma *penúria* de produtos alimentares ou de outros *produtos essenciais* para a Parte Contratante exportadora (grifos do autor)".

A China invocou precisamente o artigo XI:2(a) do GATT – em conjunto com outras exceções gerais deste Acordo – como justificativa à aplicação de cotas de exportação à bauxita refratária¹. Em suma, o país asiático aludiu à possibilidade de restringir as exportações do produto em função da forte demanda externa, da escassez da referida matéria-prima e/ou dos limites de exploração impostos domesticamente ao produto. Também, a China fez menção ao fato de que o caráter essencial, necessário e crítico da bauxita refratária é reconhecido inclusive pelos reclamantes (conforme parágrafos 7.241 e 7.242 do documento DS394R, de 2011).

Assim, a decisão do painel dividiu a interpretação em torno do significado dos termos do artigo XI:2(a) acima destacados. Um ponto pouco claro na decisão do painel diz respeito a quem caberia definir a essencialidade de um produto. Conforme o painel afirmara inicialmente, um membro da OMC não poderia, por si só, determinar se um produto é para ele essencial (parágrafo 7.276 do documento DS394R, de 2011). Em vez disso, o painel sugeria que a determinação sobre o caráter essencial de um produto deveria considerar as circunstâncias particulares encontradas por um membro quando da aplicação da restrição (parágrafo 7.282 da decisão DS394R, de 2011).

O OA, por sua vez, evitou desenvolver a problemática sobre quem define a essencialidade de um produto e simplesmente fez referência à passagem do painel de que este havia concordado que a bauxita é "atualmente 'essencial' para a China, como o termo é utilizado no Artigo XI:2(a)"². Elucidou ainda que a análise deve ser feita caso-a-caso, levando em conta o nexo dos distintos elementos do artigo. Confirmando a visão do painel, o OA sustentou que a China falhou em demonstrar a temporalidade de sua medida no caso concreto, sob o argumento de que a medida vinha sendo aplicada há dez anos no país asiático, sem qualquer sinalização de sua extinção – pelo contrário, a China parecia indicar que manteria tal medida até que o recurso fosse esgotado (conforme exposto nos parágrafos 339 a 344 do documento DS394/AB/R, de 2012).

Questões sistêmicas

Além dos pontos levantados acima, o caso "China – Matérias-primas" precisa ser compreendido sob uma perspectiva mais ampla, na medida em que envolve questões cruciais para os membros detentores e consumidores de reservas naturais não renováveis.

No primeiro diapasão, o que se imagina como ponto de partida é a ampla discricionariedade para os membros regularem suas exportações com vistas a, por exemplo, garantir abastecimento às indústrias locais. A impressão é reforçada ainda mais quando se trata de recursos minerais para os quais se assume ampla soberania regulatória – limitada apenas pelas eventuais restrições legais internas de cada membro. Como foi visto, se as medidas de um membro sobre recursos naturais tomam a forma de restrições quantitativas de exportação, a margem de manobra é menor, em função das regras da OMC. A exceção do artigo XI:2(a), invocada pela China, serve para amparar medidas de cunho temporário – o que é analisado caso-a-caso.

Do ponto de vista da demanda de recursos naturais, é também interessante notar que, no plano internacional, os membros parecem já ter atentado para a problemática relativa à escassez de certos recursos. Cunhou-se, inclusive, a expressão "diplomacia de matérias-primas" pela qual a União Europeia (UE), altamente dependente de *commodities*, busca

um entendimento internacional junto a seus parceiros comerciais, com o objetivo de garantir o abastecimento de matérias-primas estratégicas.

Nesse sentido, a visita da presidente Dilma Rousseff à Alemanha, em março deste ano, é sintomática. Nessa ocasião, foi sugerida uma parceria estratégica com o Brasil na área de matérias-primas – como terras-raras –, a fim de que seja garantido um abastecimento mais estável, em meio à concorrência que se intensifica com a China.

A situação do Brasil é, portanto, ilustrativa. Como fornecedor, constata-se atualmente forte concentração das exportações brasileiras em produtos básicos. No momento em que este artigo foi escrito, encontravam-se em implementação dois planos de governo (denominados "Brasil Maior" e "Plano Nacional de Mineração – 2030") que, dentro das esferas de competência de cada órgão do governo federal, reconhecem a necessidade de aumentar a agregação de valor em território nacional. O ponto que se deseja enfatizar é a margem de manobra e os limites existentes para que, se assim proposto pelas autoridades públicas, recursos estratégicos não saiam do país em sua forma "crua". É, na verdade, um debate que pode ser extrapolado para vários outros produtos básicos, não só minerais.

Por outro lado, sob a ótica do consumo, o Brasil pode ser impactado pela pressão dos preços, decorrente da restrição à exportação imposta por outros membros – tal qual mostrado pelo caso da China. Uma vez reduzida a oferta, aumentam os preços. Basta pensar em recursos minerais pouco disponíveis ou cuja exploração é economicamente inviável no território brasileiro para acentuar esse quadro. Ademais, sabe-se que a exploração de alguns recursos – por exemplo, as terras-raras – pode ser excessivamente dispendiosa e incorrer em externalidades ambientais significativas.

Considerações finais

O controle sobre recursos minerais constitui uma prática observada desde, por exemplo, o mercantilismo, período em que eram recorrentes os esforços de retenção e acumulação de ouro e prata. Em tempos presentes, "a 'fome' global por recursos naturais inspira um surto de restrições a exportações de matérias-primas cruciais"¹ – como no caso da China.

O foco da decisão do OA não incide sobre as questões mais polêmicas levantadas no painel (como a soberania sobre recursos naturais ou a definição de quem detém a prerrogativa de definir a essencialidade de um recurso). Por outro lado, delinea limites legais nos quais medidas de restrições a exportações podem ser tomadas sem necessariamente violar as regras da OMC.

Ademais, tais medidas têm o potencial de afetar os membros da OMC tanto no lado da oferta quanto da demanda. De modo ilustrativo, o setor privado brasileiro pode ser impactado por restrições em suas exportações que visam a garantir abastecimento ao mercado local (positivamente) ou por restrições de terceiros (negativamente) – e é sempre uma suposição teórica que restrições a exportações resultem, no balanço geral do bem-estar de um membro, em um impacto positivo. É conhecida, nesse sentido, a atuação dos grupos de interesse especiais, a qual pode alterar significativamente a calibragem e os efeitos de uma política pública, em cuja origem havia boas intenções.



Gustavo Ferreira Ribeiro
Professor do curso de Direito
e do Mestrado do UniCEUB
(Brasília). Advogado. Consultor
Jurídico da BarralMJorge
Consultores Associados. E-mail:
Gustavo.Ribeiro@barralmjorge.com.br

¹ DS394R, 2011, parágrafo 7.227. Não se adentra neste artigo o aspecto processual do artigo XI:2(a) como "defesa afirmativa", na qual cabe ao reclamado o ônus da prova. Ver os parágrafos 7.210 e seguintes do relatório do painel.

² DS394/AB/R, 2012, parágrafo 309 (citando DS394/R, 2011, parágrafo 340). Distingue, adicionalmente, que o escopo do artigo XI:2(a) é distinto do artigo XX(g), entendendo, inclusive, que uma medida possa encontrar guarida no artigo XX(g) e XI(2)(a) ao mesmo tempo. Ver parágrafo 337 da decisão DS394/AB/R (2012).

³ Ver: Bacchus, Jim. Hoarding Resources Threatens Free Trade. *Wall Street Journal*, 19 mai. 2010.

RECURSOS NATURAIS

Cristina Kirchner e a nova YPF: em defesa do “modelo”

Em meados de abril, a presidente argentina, Cristina Fernández de Kirchner, anunciou a expropriação de 51% das ações da empresa YPF. Este artigo contextualiza a decisão na trajetória da Argentina no setor petrolífero e identifica possíveis impactos da expropriação para o Brasil.

Criada por Hipólito Yrigoyen em 1922, a Yacimientos Petrolíferos Fiscales (YPF, sigla em espanhol) tem sido apontada como um dos símbolos da instabilidade institucional argentina nos últimos 80 anos. Privatizada na década de 1990, a YPF produz 34% do petróleo e 25% do gás da Argentina, além de refinar 54% do combustível utilizado no mercado local, segundo o Instituto Argentino do Petróleo (IAP). Agora, uma vez mais, a empresa está no centro do cenário político local. Em meio à troca de acusações entre a equipe de Cristina Kirchner e a Repsol – detentora da parcela da YPF reivindicada pelo governo argentino –, inúmeras questões emergem: o que explica a decisão de expropriar a YPF? Quais as particularidades dessa iniciativa? De que maneira o Brasil pode ser afetado pela decisão do governo de Cristina Kirchner? São estas as perguntas que norteiam o presente artigo.

Expropriar para governar

Para entender a expropriação da YPF, é necessário identificar os principais elementos do modelo econômico perseguido pelo governo argentino desde a presidência de Néstor Kirchner. Nesse contexto, a palavra “modelo” adquire especial relevância, tendo em vista seu uso recorrente por parte dos operadores do kirchnerismo, com o objetivo de designar o conjunto de medidas econômicas adotadas a partir de 2003. O caráter vago de seu significado reflete, sobretudo, as reviravoltas ocorridas nos últimos dez anos em resposta a desafios conjunturais. Pode-se dizer, porém, que o economista John Maynard Keynes é a inspiração para o projeto de recuperação econômica implementado logo após a ascensão de Kirchner à Presidência.

É bem verdade, o “keynesianismo kirchnerista” tem se adaptado à conjuntura política local. Eleito com apenas 22% dos votos, Néstor Kirchner temia não chegar ao fim do mandato, como ocorrera com inúmeros outros presidentes argentinos. Assim, o controle dos recursos era visto como um imperativo em uma sociedade conhecida pela instabilidade política. Partindo do diagnóstico de que o Estado deveria assumir um papel ativo no fornecimento de estímulos à economia, Kirchner consolidou um complexo emaranhado de relações de dependência envolvendo o governo central, as autoridades provinciais, grupos de pressão como os sindicatos e empresários aliados.

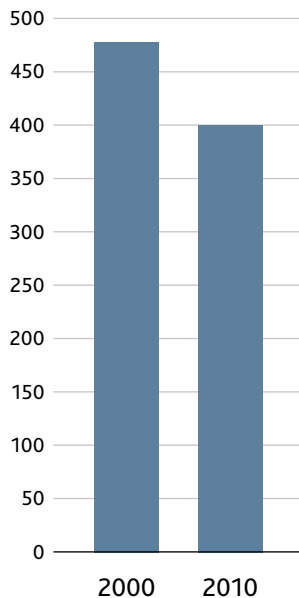
Beneficiado pelos altos preços das *commodities* agrícolas, o “modelo” kirchnerista prosperou nos primeiros anos: a economia argentina voltou a crescer fortemente – após um fraco desempenho entre 1999 e 2002 –, impulsionada pelo aumento do gasto público. Com Néstor Kirchner, tiveram início os subsídios para os setores de energia e transporte, que permitiram a manutenção dos baixos preços, além de programas de transferência de renda e o reajuste às pensões dos aposentados e ao salário mínimo. Na arena política, o ex-presidente foi capaz de consolidar a autoridade, com importantes vitórias nas eleições parlamentares de 2005 e no escrutínio presidencial de 2007, vencido por sua esposa, Cristina Fernández de Kirchner.

A crise de 2008, no entanto, trouxe inúmeros desafios ao kirchnerismo: a manutenção do “modelo” exigia que o governo encontrasse uma nova fonte de recursos – daí a ideia de impor aos produtores de soja e girassol as chamadas “retenções móveis”. Durante 129 dias, a Argentina conviveu com uma greve dos agricultores que culminou em uma importante derrota da presidente no Senado: após a persistência do empate entre os

Reserva de hidrocarbonetos

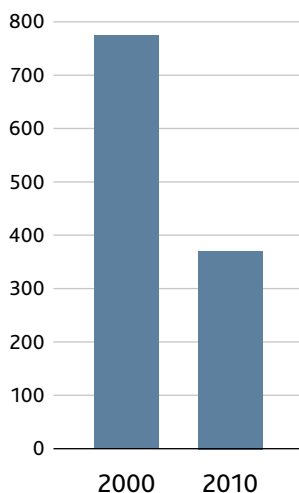
Petróleo

Em milhões de m³



Gás natural

Em bilhões de m³



Fonte: Instituto Argentino do Petróleo e do Gás, YPF e Repsol

favoráveis e os contrários ao novo imposto, o vice-presidente, Julio Cobos, definiu a disputa ao votar contra a proposta governista. A crise com o campo, ademais, inaugurou as hostilidades entre o kirchnerismo e os principais veículos de imprensa do país, em especial o grupo El Clarín.

Em meio à escalada no conflito com o que considera os "inimigos do modelo", o governo de Cristina Kirchner voltou as atenções para outras fontes de recursos. A reforma do estatuto do Banco Central, que disponibiliza as reservas argentinas para a utilização do Executivo, faz parte dessa busca. No entanto, sinais de esgotamento do "modelo" têm surgido: entre dezembro de 2011 e fevereiro de 2012, a popularidade da presidente recuou 17%. Um dos principais fatores que levaram à deterioração de sua imagem foi o corte de subsídios a uma série de serviços básicos, como água, luz e gás. À escassez de recursos, somaram-se as crescentes importações de energia, resultado do declínio da produção nacional e da alta demanda. Estimulada por correligionários, Cristina Kirchner decidiu expropriar a YPF e, assim, aprofundar o seu projeto econômico: o governo central, cada vez mais, substituiu o emaranhado de relações esboçado por Néstor nos anos mais exitosos de sua administração.

A gestão da nova YPF

Ao anunciar na Casa Rosada o retorno da maioria acionária da YPF para o Estado, Cristina Kirchner lembrou que aquela situação não era inédita no mundo: amparada por uma extensa lista de países, a presidente enfatizou o papel estatal na administração de recursos estratégicos como o petróleo e o gás natural. Os mesmos dados expostos neste discurso, porém, motivam uma série de questionamentos: embora os Estados busquem estabelecer parâmetros para o mercado de hidrocarbonetos, o que explica os diferentes percentuais de participação acionária em cada caso? Ou, limitando-se ao caso argentino, o que o distingue de outros exemplos?

A nova YPF surge em meio a incertezas. Não por acaso, o debate acerca dos fundamentos da medida tem sido marcado pelo uso de verbos com os mais distintos significados. A polêmica tem início com o anúncio da medida pela presidente Cristina Kirchner. Em suas descrições do episódio, a imprensa e os analistas argentinos se dividem quanto ao uso dos termos "expropriação" e "confisco"; especialmente no segundo caso, buscam salientar o desalinhamento entre a prática do governo e os preceitos jurídicos que o limitam. De fato, a retomada do controle estatal da YPF viola o artigo 17 da Constituição da Argentina, segundo o qual, "a propriedade é inviolável (...) e a expropriação devido à utilidade pública deve encontrar amparo na lei e ser previamente indenizada".

Outra controvérsia diz respeito ao futuro da empresa. Embora parte da imprensa tenha utilizado o termo "estatização" para descrever a operação, a própria presidente enfatizou, em seu discurso na Casa Rosada, que a sua intenção, na verdade, é recuperar "a soberania e o controle sobre os hidrocarbonetos". Na prática, optou-se por manter a forma de sociedade anônima da empresa, que funcionará como se fosse privada. Críticos desse arranjo argumentam que a nova YPF não poderá ser fiscalizada pelos órgãos públicos de controle, o que ocorreria caso a estatização fosse integral. Uma das motivações seria a intenção do governo de ter maior liberdade para destinar os lucros da YPF ao que julgar conveniente.

Finalmente, Cristina Kirchner prometeu que a administração da nova YPF será totalmente profissionalizada. Em seu discurso, sublinhou a existência de inúmeros executivos argentinos em cargos de comando ao redor do mundo, conclamando que participassem da transição. Os últimos acontecimentos, entretanto, parecem contradizer esse desejo. É considerável o interesse de militantes e funcionários ligados aos interventores da YPF, Julio de Vido e Axel Kicillof, nos cargos abertos pela expropriação. O primeiro representa o kirchnerismo histórico, presente desde a administração de Néstor na província de Santa Cruz; o segundo é um dos protagonistas do movimento "La Cámpora", criado pelo filho do casal Kirchner, Máximo, e que tem ocupado um número crescente de cargos estratégicos no governo de Cristina Kirchner.

O futuro da Argentina e o Brasil

A expropriação da YPF abre uma série de dúvidas com relação às próximas ações do governo argentino. Em um ato público na cidade de Rosário, em fevereiro de 2012, Cristina Kirchner afirmou que o seu governo "iria por tudo". Desde então, analistas discutem qual seria o significado preciso dessa expressão. Estaria a sua administração planejando uma guinada ainda mais profunda em direção à intervenção estatal na economia? Haveria a intenção de uma reforma institucional a fim de alinhar as regras locais ao "modelo" kirchnerista? Seria este o prenúncio de uma campanha pela reeleição ilimitada da presidente? Estas são perguntas de difícil resposta.

Devido ao distanciamento entre o núcleo kirchnerista e a imprensa, é difícil saber quais são os seus planos exatos de longo prazo. Não há mesmo garantia de que tal planejamento exista, dado o peso da conjuntura sobre diversas decisões. Nas entrelinhas, porém, algumas tendências podem ser observadas. Em primeiro lugar, há diversas vozes em defesa de uma reforma constitucional que, entre outras novidades, permitiria a permanência de Cristina Kirchner na Presidência após 2015. As propostas estendem-se da autorização para uma nova reeleição até a ideia de introduzir o parlamentarismo na Argentina.

Para o Brasil, a permanência de Cristina Kirchner no poder não chega a representar necessariamente um problema. Embora o Protocolo de Ushuaia proveja uma "cláusula democrática" ao Mercado Comum do Sul (Mercosul), o texto não define com exatidão o termo "democracia". Dessa maneira, é improvável que uma transformação institucional no país vizinho acarrete a desintegração do projeto de integração regional; a tendência é a manutenção do seu baixo nível de ambição.

A segunda questão tampouco pode ser respondida facilmente. Nos dias seguintes ao anúncio argentino, o Brasil optou pela cautela. Nas palavras do ministro de Minas e Energia, Edison Lobão, a expropriação da YPF é uma "questão interna da Argentina". De qualquer maneira, o governo brasileiro acompanha com expectativa o avanço do kirchnerismo sobre a economia: entre 2003 e 2010, 62 novos projetos de empresas brasileiras foram anunciados na Argentina, um recorde na região. O crescente protecionismo argentino, impulsionado pelo secretário do Interior Guillermo Moreno, representa outro foco de tensão com o Brasil.

No setor dos hidrocarbonetos, é improvável que a Petrobras seja alvo de qualquer restrição sistemática por parte do governo argentino. Em primeiro lugar, investimentos são necessários para revitalizar a produção nacional, e a empresa brasileira é vista como uma parceira preferencial. Não por acaso, Julio de Vido, cérebro da política energética kirchnerista, esteve em Brasília alguns dias após o anúncio na Casa Rosada. Ademais, a Petrobras é citada constantemente como um modelo a ser seguido pela nova YPF. Trata-se de uma concepção que, por sinal, aproxima o governo federal da oposição mais ferrenha ao kirchnerismo: tanto Cristina Kirchner quanto o prefeito de Buenos Aires, Mauricio Macri, um costureiro crítico da presidente, exaltaram a empresa brasileira em declarações recentes.

Nada impede, entretanto, que interesses brasileiros no país vizinho sejam afetados. Ao que tudo indica, a conjuntura seguirá sendo um importante propulsor da ação política na Argentina. A escassez de recursos poderá motivar o avanço do Estado sobre outros setores, como o de mineração. Outros fatores, como a influência dos sindicatos, não podem ser ignorados; empresas brasileiras têm tido dificuldade em lidar com o considerável poder de mobilização desses grupos, muitas vezes utilizados pelas autoridades políticas a fim de exercer pressão sobre a iniciativa privada. Em resumo, a manutenção do "modelo" deverá pautar as principais ações do governo argentino até 2015.

BIODIVERSIDADE

A promessa do Protocolo de Nagoia e os desafios para o Brasil

Sérgio Figueiredo

Neste artigo, o autor situa o Protocolo de Nagoia no contexto brasileiro e sustenta que o usufruto de eventuais benefícios é problemático devido à deficiência em matéria de fiscalização e à ausência de uma política industrial de biotecnologia no Brasil.

O Protocolo de Nagoia foi comemorado como um mecanismo que garantirá acesso e repartição mais justos dos benefícios oriundos da exploração da biodiversidade. No entanto, a repartição de tais benefícios é comprometida não somente pela divisão de trabalho entre países detentores de patentes e aqueles que fornecem matérias-primas, mas também pela difícil previsão *a priori* dos benefícios que decorrerão de uma empreitada científica nessa seara. Apoiado em tais argumentos, o autor situa o referido Protocolo no contexto brasileiro e sustenta que o usufruto de eventuais benefícios é ainda mais problemático devido à deficiência em matéria de fiscalização e à ausência de uma política industrial de biotecnologia no Brasil.

Reunidas em outubro de 2010, as Partes da Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB) concluíram o "Protocolo de Nagoia sobre Acesso e Repartição de Benefícios". Este novo documento estabeleceu um regime internacional para que uma empresa ou instituto de um país pesquise e desenvolva um produto a partir do acesso a organismo oriundo da biodiversidade de outro país. O Brasil foi o primeiro país a assinar a adesão ao Protocolo de Nagoia, em 2 de fevereiro de 2011; agora, em 1º de fevereiro de 2012, o prazo para adesões foi encerrado com 92 assinaturas.

A entrada em vigor do referido Protocolo está prevista para 90 dias após a 50ª ratificação. No entanto, havia apenas duas ratificações em 3 de fevereiro de 2012. No caso brasileiro, ainda é necessário que o Protocolo seja aprovado pelo Congresso Nacional para ser ratificado. De todo modo, não se pode negar que as Partes anuíram com a obrigação de legislar em favor da exploração da sua biodiversidade no exterior, o que era desnecessário em vista de que as previsões da própria Convenção permitiam esta discussão em um nível mais teórico, sem os comprometimentos que, a partir de agora, pesarão sobre a legislação nacional.

Enquanto do lado brasileiro, ambientalistas e diplomatas comemoram a possibilidade – embora remota – de se buscar direitos sobre organismos de nossa biodiversidade explorados alhures, a comemoração é maior nos países-sede de relevantes indústrias com interesse na biotecnologia, em especial a farmacêutica. Parece ingênuo acreditar que países dotados de uma capacidade laboratorial e industrial muito superior às iniciativas de "biopesquisadores" brasileiros assinarão o Protocolo de Nagoia com vistas a proteger sua biodiversidade, incomparavelmente menor. Na verdade, é provável que os países mais desenvolvidos considerem esse Protocolo uma excelente oportunidade, na medida em que seus dispositivos acabam por fortalecer a posição desses países como desenvolvedores de tecnologia, enquanto relega países como o Brasil ao papel de fornecedores de matérias-primas.

Existem poucas dúvidas quanto à vantagem da exploração das patentes em relação à exploração de matérias-primas, em especial seus diferentes impactos sobre o desenvolvimento nacional. Atualmente, o Brasil tem obtido grande parcela de suas divisas a partir de uma balança comercial cujas exportações são constituídas predominantemente por bens primários, o que potencialmente encurta as cadeias produtivas desenvolvidas no país. Em tese, quanto menor a cadeia produtiva, menor o número de cidadãos que partilham da renda dela produzida e, por isso, menor seu impacto sobre o desenvolvimento nacional.

O (alto) preço de remediar

Segundo Bráulio Dias, Secretário Executivo do Secretariado da Convenção sobre Diversidade Biológica (CBD), custará caro salvar a biodiversidade: US\$ 300 bilhões por ano, nos próximos oito anos. Esta estimativa inclui a gestão sustentável da agricultura, florestas, água doce e dos ecossistemas costeiros e marinhos. O valor é cerca de dez vezes maior que os atuais gastos de governos, empresas e ONGs com a proteção da biodiversidade.

Ocorre que a exportação de organismos para desenvolvimento de patentes no exterior jamais propiciará qualquer cadeia industrial no Brasil, já que haverá uma preferência das empresas estrangeiras em desenvolver sínteses que independem do fornecimento da matéria-prima, além daquela necessária à pesquisa. Resta saber se o mecanismo de repartição de benefícios previsto no Protocolo de Nagoia pode contrabalançar esse prejuízo.

Ainda que se possa pensar na criação de uma legislação nacional restritiva à "exportação" de material (*in natura* ou não) oriundo da biodiversidade brasileira, dificilmente essa comercialização seria mais restritiva do que a legislação atual, considerada prejudicial aos interesses das empresas brasileiras. Uma legislação mais restritiva e complexa seria o remédio errado para combater a exploração da biodiversidade do Brasil por empresas de outros países, pois esta acontece principalmente – senão exclusivamente – por falta de fiscalização, e não por falta de regras, normas, leis e acordos internacionais.

A adoção de uma lei mais complexa seria contraproducente, pois não afetaria grandes empresas, já que são estas as mais capazes de superar as burocracias legais. Ao contrário: prejudicaria ainda mais as iniciativas brasileiras em biotecnologia, conduzidas em *spin-offs*, incubadoras e micro e pequenas empresas. Por outro lado, é praticamente impossível que um governo consiga acompanhar pesquisas feitas em instituições privadas em solo estrangeiro. Este acompanhamento seria essencial para garantir o conhecimento do "benefício" obtido com nossa biodiversidade, sem o que não seria possível garantir uma repartição justa desse benefício com as populações tradicionais. Sem essa repartição justa perde-se a própria razão da CDB, qual seja, levar o desenvolvimento sustentável a populações hoje excluídas dos benefícios da vida moderna.

A própria antecipação do que constitui o benefício é complexa. Nesse sentido, é ilustrativo um caso recente de pesquisa desenvolvida no exterior: a partir da investigação do mecanismo de coloração da asa de uma espécie de borboleta azul, um determinado laboratório, que prefiro não citar, identificou propriedades termométricas na estrutura responsável pela cor. Desta pesquisa, surgirá um sensor de temperatura que não estava previsto entre as finalidades originais da pesquisa. Ao se autorizar o acesso a um organismo, pode-se até visualizar um eixo inicial de pesquisa, mas é impossível prever que outras linhas de pesquisa sejam adotadas em paralelo, o que também torna complexo prever o benefício econômico que a pesquisa pode gerar. O uso sustentável da biodiversidade não se limita à produção de cosméticos e biofármacos, como poderia parecer à primeira vista.

Temos visto as dificuldades das empresas brasileiras em atender – e entender – as regras de acesso à biodiversidade vigentes no Brasil. O pior aspecto talvez seja a obrigação de realizar acordos prévios de repartição de benefícios, que são intangíveis no início da pesquisa. Pelo lado da empresa nacional, trata-se de um custo de transação adicional que não gera a essencial segurança jurídica, pois sempre é possível que mais alguma comunidade local possa reivindicar ser ela também "proprietária" daquela biodiversidade ou do conhecimento a ela associado. Além disso, a falta de segurança jurídica é mais uma incerteza ao já incerto processo de inovação, que em seu início vislumbra algum resultado que pode não ser alcançado ou não ser viável economicamente. Para uma grande empresa, ao contrário, negociar a repartição de benefícios no momento da captura do organismo seria outra grande oportunidade: quem poderá rastrear todos os conhecimentos e produtos resultantes da pesquisa com aquele organismo?

Para o uso sustentável da biodiversidade, o melhor seria que os benefícios fossem repartidos quando alcançados. Essa mudança na legislação seria fiscalizável nas empresas brasileiras, mas seria preciso inovar muito para acompanhar as pesquisas feitas no exterior, as quais atualmente devem ser viabilizadas sob a legislação dos países signatários do novo Protocolo de Nagoia. Cabe notar que a repartição dos benefícios após o seu alcance não seria favorável somente à empresa nacional, mas principalmente às comunidades locais que poderão usufruir dos benefícios da biodiversidade em bases concretas e, assim, obter desenvolvimento sustentável a partir da aplicação desses benefícios.

Uma forma de avançar na legislação é aliviar o peso sobre as empresas – em especial aquelas de micro e pequeno porte –, decorrente do processo de obtenção da autorização do acesso, e transferir a solução desse problema para um órgão especializado. Este último estaria incumbido de autorizar a coleta, utilizando exclusivamente o critério do impacto da quantidade retirada sobre o ecossistema. Teria também as competências legais de: acompanhar as pesquisas, utilizando pesquisadores nas diversas áreas de conhecimento científico de forma *ad hoc*; acordar com a empresa ou instituto uma repartição economicamente viável dos benefícios concretos alcançados a partir da negociação do(s) produto(s) ou patente(s); identificar os beneficiários, quando não for o caso de estes serem todos os habitantes do Brasil; e distribuir os recursos em projetos de desenvolvimento sustentável para a integração das populações tradicionais na sociedade moderna.

Uma legislação mais favorável ao investimento produtivo configuraria uma política industrial positiva, capaz inclusive de atrair investimento estrangeiro. O ideal seria associar a nova legislação a uma política de *clusters* especializados em biotecnologia, na qual se pudesse coordenar os governos nos níveis municipal, estadual e federal. Para essa finalidade, o investimento público significa tanto concentrar as atividades de universidades, institutos e parques tecnológicos em determinada linha de biotecnologia quanto assegurar que a infraestrutura de transportes, portos e aeroportos, escolas, saúde e segurança públicas, por exemplo, sejam favoráveis ao investimento privado.

Contudo, a falta de uma política industrial específica para a biotecnologia é uma das razões para que o Brasil participe de inúmeros acordos internacionais, cujas promessas de um equilíbrio entre obrigações e direitos são dificilmente cumpridas em favor do Brasil e das empresas nativas. Ainda, a adoção de leis e regras mais rigorosas não resolve o problema, uma vez que este está relacionado a uma deficiência na fiscalização. Por essa e outras razões, a possibilidade de desenvolver uma indústria de biotecnologia no Brasil forte, variada e complexa – e não apenas farmacêutica – torna-se cada dia mais distante, ao mesmo tempo em que aumentam as chances de que o patrimônio genético brasileiro seja aproveitado exclusivamente no exterior.

As opiniões expressadas neste artigo sobre a regulamentação internacional dos transgênicos são pessoais e não refletem o ponto de vista da instituição à qual o autor está vinculado.



Sérgio Figueiredo

Mestre em Desenvolvimento Sustentável pela Universidade de Brasília (UnB) e coordenador do Fórum de Competitividade da Biotecnologia e da Política de Biotecnologia até julho de 2011. Representante do Brasil nas negociações do Protocolo de Cartagena de 2004 a 2010.

Informações úteis

Rio+20 busca renovar compromisso político com o desenvolvimento sustentável

A Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (Rio+20) será realizada de 13 a 22 de junho de 2012, na cidade do Rio de Janeiro. A Rio+20 é assim conhecida porque marca os vinte anos de realização da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (Rio-92) e deverá contribuir para definir a agenda do desenvolvimento sustentável para as próximas décadas.

O objetivo da Conferência é a renovação do compromisso político com o desenvolvimento sustentável, por meio da avaliação do progresso e das dificuldades na implementação das decisões adotadas pelas principais cúpulas sobre o assunto, bem como de novos temas. A Conferência terá dois temas principais: (i) a economia verde no contexto do desenvolvimento sustentável e da erradicação da pobreza; e (ii) a estrutura institucional para o desenvolvimento sustentável.

A Rio+20 será composta por três momentos. Nos primeiros dias, de 13 a 15 de junho, está prevista a III Reunião do Comitê Preparatório, no qual se reunirão representantes governamentais para negociações dos documentos a serem adotados na Conferência. Em seguida, entre 16 e 19 de junho, estão programados eventos com a sociedade civil. De 20 a 22 de junho, ocorrerá o Segmento de Alto Nível da Conferência, para o qual é esperada a presença de diversos chefes de Estado e de Governo dos países-membros das Nações Unidas.

Para mais informações: <http://www.rio20.info/2012/>

Eventos organizados pelo ICTSD na Rio+20

O ICTSD realizará três eventos durante a Rio+20, em parceria com diversas organizações.

15 de junho

Side-event oficial "Economia verde e comércio: avaliando riscos e oportunidades", mesa-redonda organizada em parceria com o International Trade Center (ITC) e o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA).

Para mais informações: <http://bit.ly/MkJFf0>

18 de junho

Diálogo "Oportunidades de comércio no contexto da transição para uma economia verde", em parceria com o ITC e o PNUMA. Este evento será realizado no Rio Othon Palace hotel em Copacabana das 8:30 às 18:00.

Para mais informações e inscrições: <http://bit.ly/MGstag>

19 de junho

Simpósio "Comércio e Desenvolvimento Sustentável", evento organizado em parceria com o Centro Brasileiro de Relações Internacionais (CEBRI) e em colaboração com o Centre for International Sustainable Development Law (CISDL), Institute for Sustainable Development and International Relations (IDDRI), International Institute for Sustainable Development (IISD), ITC, Red Latinoamericana de Política Comercial (LATN), Swedish Standards Institute (SIS) e PNUMA. Este simpósio será realizado no Rio Othon Palace Hotel, em Copacabana, das 8:30 às 18:00, e será seguido de um coquetel.

Para mais informações e inscrições: <http://bit.ly/M8STeL>

Seleção de eventos paralelos à Rio+20

Side-events oficiais

Mais de 500 eventos serão organizados por representantes de governos, organizações internacionais, setor privado e sociedade civil entre os dias 13 e 22 de junho no Riocentro. Os side-events serão realizados nos pavilhões T e 3 no Riocentro.

Para mais informações: <http://bit.ly/y1FyB6>

Diálogos para o Desenvolvimento Sustentável

Os "Diálogos para o Desenvolvimento Sustentável", que ocorrerão entre 16 e 19 de junho, no Rio Centro, são um espaço aberto pelo governo brasileiro, com apoio das Nações Unidas, para um debate com representantes de movimentos sociais, setor privado, comunidade acadêmica e científica, trabalhadores e sindicatos, povos indígenas e governos locais sobre dez temas prioritários da agenda internacional relacionada ao desenvolvimento sustentável. As conclusões e recomendações resultantes dos Diálogos serão levadas aos chefes de Estado e Governo na Rio+20.

Para mais informações: <http://bit.ly/JBgrHP>

Humanidade

Evento que ocorre entre 11 e 22 de junho, no Forte de Copacabana, é iniciativa da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP), em cooperação com outras organizações e com o patrocínio da Prefeitura do Rio e do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE). Esse evento foi concebido para realçar o importante papel que o Brasil exerce hoje como um dos líderes globais no debate sobre desenvolvimento sustentável. Essa ocasião também busca constituir um foro de ampla participação, que oferecerá atividades diversas, como seminários, oficinas, além de uma exposição aberta ao público.

Para mais informações: <http://bit.ly/MNBBsu>

Fórum "Creativity 4 Innovation"

O Fórum "Creativity 4 Innovation" (C4I) lançará, em 13 de junho, atividades de negócios, reunindo executivos, líderes, empresários e representantes de governos para descobrir e discutirem novas ideias, tecnologias e soluções para a construção de uma economia verde. Este evento tem por objetivo preencher a lacuna entre a formulação de políticas e a implementação de estratégias de desenvolvimento sustentável, bem como discutir experiências de melhores práticas. Haverá um foco sobre as cadeias de valor globais e sobre o aprofundamento das relações nas economias da América Latina e do Caribe, especialmente no Brasil.

Para mais informações: <http://bit.ly/KGpltA>

Encontro da Indústria para a Sustentabilidade

A Confederação Nacional da Indústria (CNI) promove, em 14 de junho, no Rio de Janeiro, um evento dedicado à indústria nacional para debater os temas em pauta na Rio+20 e o papel do setor industrial na promoção de ações empresariais sustentáveis.

Para mais informações: <http://bit.ly/JzGmG6>

Cúpula dos Povos

A Cúpula dos Povos na Rio+20 por Justiça Social e Ambiental é um evento organizado pela sociedade civil global que acontecerá entre 15 e 23 de junho, no Aterro do Flamengo. A ideia é que a Assembleia Permanente dos Povos – o principal fórum político da Cúpula – se organize em torno de três eixos e debata as causas estruturais da atual crise civilizatória, sem fragmentá-la em crises específicas – energética, financeira, ambiental e alimentar. Com isso, o objetivo do evento é afirmar paradigmas novos e alternativos construídos pelos povos e apontar a agenda política para o próximo período.

Para mais informações: <http://bit.ly/sfqynW>

Rio+20 Fórum sobre Sustentabilidade Corporativa

O "Fórum sobre Sustentabilidade Corporativa: inovação e colaboração para o futuro que queremos" será realizado de 14 a 18 de junho, no Windsor Barra Hotel. O evento será promovido pelo Pacto Global das Nações Unidas, em parceria com o Secretariado da Rio+20. O Fórum tem por objetivo fortalecer a contribuição empresarial para o desenvolvimento sustentável a nível mundial, promover e difundir a inovação sustentável e estimular a colaboração entre empresas, governos, sociedade civil e as Nações Unidas.

Para mais informações: <http://bit.ly/GRifwU>

Soluções para um Planeta Sustentável

Trabalhando em colaboração com parceiros no Brasil e em outros países, o IIED promoverá um evento para que pesquisadores e profissionais compartilhem suas ideias de um mundo mais verde e mais justo. As reuniões, que serão realizadas em 16 e 17 de junho, visam a contribuir para a cúpula oficial.

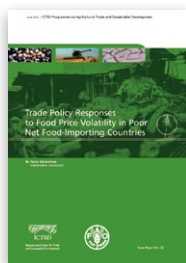
Para mais informações: <http://bit.ly/KDGF1h>

4º Dia da Agricultura e do Desenvolvimento Rural na Rio+20

O objetivo deste evento é garantir que uma economia sustentável verde inclua a construção de um sistema sustentável para alimentos. O evento será realizado em 18 de junho no centro de convenções Sul-América e contará com a presença de especialistas nas áreas de alimentos, terra e sustentabilidade. Durante o período da manhã, serão apresentados casos de sucesso de transformação do sistema alimentar global; e, na parte da tarde, as sessões serão dedicadas ao tema "ciência para um futuro seguro em alimentos".

Para mais informações: <http://bit.ly/8AIHZO>

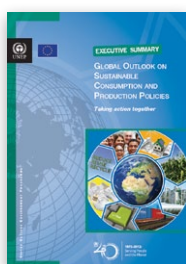
Publicações



Respostas de política comercial para a volatilidade do preço de alimentos em países pobres e importadores - ICTSD - junho 2012

Desde que os Acordos de Marrakech foram adotados em 1993, a elevação e a volatilidade no preço dos alimentos têm contribuído para a escassez de alimentos básicos em países importadores desses bens. Neste estudo, Panos Konandreas examina os novos desafios que esses países enfrentam e aponta o que poderia ser feito para superá-los.

Para acessar o estudo: <http://bit.ly/Me821P>



Perspectiva global para políticas de consumo e produção sustentáveis PNUMA - junho 2012

Este relatório apresenta uma revisão não-exaustiva das políticas e iniciativas que promovem a transição para padrões de consumo e de produção sustentáveis. O estudo ilustra 56 estudos de caso que variam de acordos multilaterais globais e estratégias regionais a políticas específicas e iniciativas implementadas por governos, empresas e pela sociedade civil.

Para acessar o relatório: <http://bit.ly/NMoW76>



Crescimento verde inclusivo para o futuro que queremos - OCDE - junho 2012

A estratégia de crescimento verde da OCDE prevê um quadro de como os países podem atingir crescimento econômico e desenvolvimento, evitando, ao mesmo tempo, a degradação ambiental, mudanças climáticas e o uso ineficiente dos recursos naturais. A estratégia identifica princípios comuns e desafios, entretanto, demonstra que não há somente uma maneira de se implementar o verde crescimento. Cada país precisa elaborar uma estratégia para suas próprias circunstâncias. De toda forma, para ser sustentável, as estratégias têm de ser inclusivas e abertas. O crescimento tem de reduzir as desigualdades e as tensões que gera.

Para acessar o estudo: <http://bit.ly/LkiZy9>



O caminho a seguir: políticas de crescimento verde voltadas aos desafios do mundo real - Banco Mundial - maio 2012

Este relatório expõe os desafios, potencialidades e estratégias do crescimento verde e argumenta que tornar o crescimento "mais verde" é necessário, eficiente e possível. Os obstáculos ao crescimento verde incluem inércia política, inércia comportamental e a falta de instrumentos de financiamento e não necessariamente os custos econômicos das políticas verdes. O estudo apresenta algumas estratégias de crescimento verde inclusivo e afirma que todos os países, ricos e pobres, têm a oportunidade de tornar o seu crescimento mais verde e mais inclusivo, sem diminuí-lo.

Para acessar o estudo: <http://bit.ly/IJXP8C>



Agricultura e mudanças climáticas: temas para negociadores pós-Durban IISD - maio 2012

Deborah Murphy e Jessica Boyle examinam as implicações da inclusão do texto sobre agricultura no documento do Grupo de Trabalho Ad Hoc sobre Ações de Cooperação de Longo Prazo (AWGLCA, sigla em inglês), elaborado durante a COP 17 da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC, sigla em inglês), em Durban (África do Sul).

Para acessar o estudo: <http://bit.ly/JJ8v7c>



Compreendendo o potencial do mecanismo tecnológico da UNFCCC: perspectivas para o futuro - ICTSD - maio 2012

Neste estudo, Padmashree G. Sampath, John Mugabe e John Barton refletem sobre como os mecanismos tecnológicos podem apresentar uma abordagem focada em desenvolvimento tecnológico e inovação, ao invés de uma simples transferência. Ainda, sob o argumento de que são necessárias capacidades endógenas à África para a adoção de tecnologias já disponíveis, os autores delineiam perspectivas para o continente. Por fim, o estudo contempla a incorporação de provisões sobre transferência de tecnologia a acordos ambientais internacionais para ressaltar lições aprendidas.

Para acessar o estudo: <http://bit.ly/LaYbsf>



As negociações multilaterais na interseção do comércio e das mudanças climáticas ICTSD - maio 2012

Este estudo de Manuel A. J. Teehankee, Ingrid Jegou e Rafael Jacques Rodrigues resalta o importante papel que as negociações multilaterais podem desempenhar na mitigação e adaptação às mudanças climáticas. A Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (UNCSD, sigla em inglês), a UNFCCC e a Organização Mundial do Comércio (OMC) estão entre as organizações que têm lidado com este assunto em vários níveis. Os autores do estudo examinam as diversas prioridades e posições de tais organismos e as preocupações dos países em desenvolvimento.

Para acessar o estudo: <http://bit.ly/IVtvYJ>



Questões e considerações sobre a negociação de um Acordo de Comércio para Energia Sustentável - ICTSD - maio 2012

Neste artigo Gary Hufbauer e Jisun Kim examinam as condições necessárias para se alcançar uma fonte energética alternativa aos combustíveis fósseis de baixo custo. Esta publicação é fruto de um trabalho conjunto de ICTSD, Global Green Growth Institute (GGI) e Peterson Institute for International Economics (PIIE).

Para acessar o estudo: <http://bit.ly/KSayaE>



Opções de política comercial para melhorar a eficácia da ajuda alimentar ICTSD - maio 2012

Neste artigo Edward Clay analisa o papel da ajuda alimentar para a segurança alimentar e os seus riscos para o comércio. Especial atenção é dada à forma com que a ajuda alimentar pode ser mais eficaz em função da alta no preço dos alimentos. O autor examina, ainda, como diferentes abordagens podem afetar o comércio e o desenvolvimento, considerando os desdobramentos mais recentes da Rodada Doha.

Para acessar o estudo, clique <http://bit.ly/KzyfYy>



Prioridades para o comércio internacional e o emprego - OCDE - maio 2012

Esta publicação tem por objetivo compreender como o comércio afeta os empregos. Apresenta, também, destaques do primeiro ano de atividades da Iniciativa Internacional Colaborativa sobre Comércio e Emprego (ICITE, sigla em Inglês), parceria entre dez organizações internacionais, incluindo a OMC, o Banco de Desenvolvimento Africano, o Banco Mundial, entre outros.

Para acessar o estudo, clique <http://bit.ly/LEuzHe>

EXPLORE O MUNDO DO COMÉRCIO E DO DESENVOLVIMENTO
SUSTENTÁVEL POR MEIO DA REDE BRIDGES DO ICTSD

PUENTES

Informações e análises sobre comércio e desenvolvimento sustentável
Enfoque na América Latina e no Caribe - Publicação em espanhol
www.ictsd.org/news/puentes

BIORES

Informações e análises sobre comércio e meio ambiente
Enfoque internacional - Publicação em inglês
www.ictsd.org/news/biores

BRIDGES

Informações sobre comércio sob a perspectiva do desenvolvimento sustentável
Enfoque internacional - Publicação em inglês
www.ictsd.org/news/bridges

桥

Informações e análises sobre comércio e desenvolvimento sustentável
Enfoque internacional - Publicação em chinês
www.ictsd.org/news/qiao

МОСТЫ

Informações e análises sobre comércio e desenvolvimento sustentável
Enfoque nos países da CEI - Publicação em russo
www.ictsd.org/news/bridgesrussian

BRIDGES AFRICA

Informações e análises sobre comércio e desenvolvimento sustentável
Enfoque na África - Publicação em inglês
www.ictsd.org/news/bridges-africa

PASSERELLES

Informações e análises sobre comércio e desenvolvimento sustentável
Enfoque nos países francófonos da África - Publicação em francês
www.ictsd.org/news/passerelles



International Centre for Trade and Sustainable Development

Chemin de Balexert 7-9
1219 Geneva, Switzerland
+41-22-917-8492
www.ictsd.org

A produção de PONTES tem sido possível
graças ao apoio generoso da:

SDC - Agência Suíça para o Desenvolvimento e a Cooperação

O PONTES também beneficia de
contribuições de especialistas na área
de comércio e desenvolvimento sustentável
na forma de artigos.

O PONTES recebe propostas de publicidade
ou de patrocínio que contribuam para a
redução de seus custos de publicação e que
ampliarem o acesso aos seus leitores.
A aceitação de tais propostas fica a critério
dos editores.

As opiniões expressadas nos artigos
publicados no PONTES são exclusivamente
dos autores e não refletem necessariamente
as opiniões do ICTSD.

Trechos de PONTES podem ser usados em
outras publicações se forem citados de forma
apropriada.

Preço: €10.00
ISSN 1996-919

